

PARATU
PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO

Iniciamos este parecer afirmando que tivemos como principal objetivo deste relatório, apresentar a situação técnico atuarial do regime próprio de previdência do ente de DORES DO RIO PRETO. Destacamos que esta avaliação se encontra em conformidade com todas as regulamentações legais pertinentes e se utilizou das técnicas e premissas mais adequadas à situação do regime.

O RPPS de DORES DO RIO PRETO institui-se legalmente através da lei municipal, onde garante-se aos servidores municipais titulares de cargo efetivos e aos seus dependentes os seguintes benefícios:

- a) aposentadoria por incapacidade permanente de trabalho;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade;
- d) aposentadoria especial.
- e) pensão por morte.

Além desta lei, destaca-se como legislação pertinente ao regime a que institui os percentuais contributivos do custo normal e suplementar do regime, a/o lei/decreto. Complementarmente à legislação municipal, há um sistema normativo amplo que se visa organizar a existência dos regimes próprios de previdência. Destacam-se dentro deste sistema, o artigo nº 40 da constituição federal, as emendas constitucionais nº 20, 41, 47 e 70, além de leis ordinárias e portarias ministeriais, em específico a portaria nº 464 que parametriza a realização das avaliações atuariais.

O regime de previdência, de acordo com a classificação da DEPARTAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRPPS, apresenta na data da avaliação, o **perfil atuarial III, Porte PEQUENO**.

Conforme Portaria 1.467/2022 em seu art. 53 trata do envio à DEPARTAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRPPS do Relatório de Análise das Hipóteses, a cada 4 (quatro) anos, como anexo ao Relatório da Avaliação Atuarial do exercício seguinte, deverá observar os seguintes marcos temporais:

I - 31 de julho de 2023, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2022, para os RPPS classificados no grupo **Porte Especial** do ISP-RPPS;

II - 31 de julho de 2024, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2023, para os RPPS classificados no grupo **Grande Porte** do ISP-RPPS; e

III - 31 de julho de 2025, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2024, para os RPPS para os RPPS classificados no grupo **Médio Porte** do ISP-RPPS.

A realização desta avaliação atuarial fundamentou-se em dados cadastrais combinados com informações legais, financeiras, econômicas e contábeis prestados pela unidade gestora do regime previdenciário. Destaca-se que estas informações foram requisitadas e após o seu recebimento foi realizada uma checagem em seu conteúdo.

A consistência dos dados cadastrais foi considerada satisfatória. Dados que apresentaram distorções foram corrigidos através de critérios estatísticos pertinentes ou dos critérios já explicitados no item 7.4 para melhor estimar as informações. Todo o método utilizado tem como objetivo aferir as informações faltantes ou viesadas sempre com uma perspectiva conservadora sobre os resultados. Destaca-se que a base de dados é o pilar dos resultados atuariais obtidos por esta avaliação. Consequentemente, a manutenção de dados atualizados e fidedignos é fundamental para a melhor estimação dos compromissos do plano. Recomendam-se atualizações periódicas e que censos populacionais sejam realizados para a manutenção e construção de dados confiáveis.

Desde a avaliação atuarial 2020, data base 31/12/2019, faz-se necessário o arquivamento das informações utilizadas pelo atuário para elaborar a avaliação atuarial, e por isto, deve ser estabelecido uma política de gestão de base de dados com procedimentos claros.

Posteriormente à análise das informações recebidas, foram definidas as hipóteses atuariais que terão influência direta nos resultados da avaliação. Esta definição fundamenta-se em critérios técnicos de aderência. Abaixo, uma breve análise das premissas utilizadas:

- Os riscos de mortalidade e invalidez foram representados pelas tábuas IBGE 2023 - Segregada por sexo (risco de morte e sobrevivência) e ALVARO VINDAS (risco de invalidez);

- Não foi utilizada taxa de rotatividade devido à baixa presença desse fator no serviço público;
- Para o crescimento da remuneração dos servidores adotou-se o percentual de 1%;
- No quesito meta atuarial, a definição da mesma encontra-se pré-estabelecida pela portaria nº 1.467, estando diretamente relacionada à taxa média de juros da estrutura a termo dos títulos públicos em função da *duration* do passivo ou ao histórico de rentabilidade dos ativos do RPPS;
- Nesta avaliação não foi considerada geração futura para a mensuração do custeio do plano, pois esta prática não se mostra confiável devido a não previsibilidade das características dos servidores que virão a entrar no plano de previdência. Consequentemente, se esta premissa for utilizada erros de previsão terão consequências graves nas reservas matemáticas do plano;
- Para a idade de aposentadoria programada utilizou-se os parâmetros legais para projetar a idade de aposentadoria. Esta função depende do sexo, cargo e tempo de serviço do total do participante;
- Utilizou-se a característica familiar do município para determinar a composição das famílias;

Finalizada a definição das hipóteses, realizou-se uma apuração dos ativos financeiros do regime próprio. Estes valores serão comparados frente aos passivos dos compromissos para apurar o resultado atuarial do regime. Atualmente, o RPPS possui ativos financeiros que totalizam R\$ 27.336.025,86, totalmente alocado em aplicações financeiras. O objetivo da posse destes ativos é garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros do RPPS através do princípio da capitalização financeira.

Ao fim da apuração dos ativos do plano, foram calculados os passivos previdenciários do regime. Estes passivos são denominados de provisões matemáticas que representam obrigação atual do fundo para com os seus participantes. As provisões matemáticas totalizaram na data de cálculo R\$ 52.441.785,40 sendo que destes R\$ 33.304.227,67 são referentes as provisões de benefícios concedidos e o restante, R\$ 19.137.557,73, às provisões de benefícios a conceder. Ambas foram determinadas através do método prospectivo de precificação.

No momento da apuração das provisões, realiza-se a análise do saldo de compensação previdenciária que representa a dívida entre o regime de origem e

do instituidor da aposentadoria. Na data base da avaliação, observa-se que o RPPS faz-se credor de valores de compensação previdenciária. Esta compensação corresponde a parcela de benefícios a conceder, no total de R\$ 1.456.757,03 e significa que, ao longo da vida da massa de segurados existirá uma contraparte financeira de competência de um regime de origem a ser paga para o regime de DORES DO RIO PRETO.

Tomando-se em conta o valor dos ativos financeiros, provisões matemáticas e da compensação financeira apura-se o resultado atuarial do exercício. Este no ano de 2024 foi negativo em R\$ -23.649.002,51. Isto indica que os valores financeiros em poder do regime previdenciário não são suficientes para arcar com as obrigações assumidas. Este valor é decorrente da subtração dos ativos financeiros, que no ano de 2024 totalizaram R\$ 27.336.025,86, menos o valor total das provisões matemáticas na data da avaliação R\$ 52.441.785,40 menos o valor referente ao recebimento de compensação previdenciária, R\$ 1.456.757,03.

Cabe salientar que nesta avaliação atuarial foi utilizado os seguintes valores para:

- a) Salário-mínimo: R\$ 1.412,00
- b) Teto do INSS: R\$ 7.786,02

No que se refere ao custeio para financiar os compromissos do RPPS, atualmente observa-se que a alíquota normal de contribuição encontra-se em 39,60% sendo que 14,00% é de responsabilidade dos servidores ativos, inativos e pensionistas que atendem os critérios contributivos, e o restante, 25,60%, compete ao ente municipal já incluído o percentual administrativo de 3,60%.

Conforme dados apresentados neste relatório em específico no item 8.5 o resultado final do exercício após o plano de amortização obtivemos um "superávit". Com isso no item 10.2.1 temos alguns custos suplementares sugeridos já com os novos valores apresentados neste relatório.

Importante salientar que o **resultado superavitário foi obtido devido a implantação da reforma da previdência que está contemplada na Lei Complementar 114/2024** alinhada as especificações da EC 103/19.

A Portaria 1467/2022, visando a boa gestão atuarial, que inclui **o controle e atualizações cadastrais**, é recomendado que a base de dados possua todas as informações solicitados no "layout padrão" Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS. Essa demanda é crítica porque além de ser primordial para a boa apuração do resultado atuarial do município, a Secretária de

Previdência poderá solicitar a base de dados utilizada na avaliação atuarial para uma eventual análise dos campos preenchidos, caso esteja inadequado poderá ser enviado automaticamente notificações.

Quanto a questão do custo administrativo conforme citado no item 11 desta avaliação, foi citado alguns pontos em relação ao percentual da taxa administrativa conforme a Portaria 1.467/2022. Esses valores são para conhecimento e eventual análise deste quesito.

Comparando-se os resultados de 2023 frente a 2024, foram observados os seguintes pontos: variação de -10,12% nas Provisões Matemáticas; de 2,84% nos ativos financeiros; e variação de -22,07% no resultado atuarial.

A explicação para a variação individual de cada um desses itens depende de uma análise multivariada nos fatores de influência. Abaixo alguns itens que impactam diretamente as provisões matemáticas e consequentemente o resultado atuarial do exercício:

- alteração da hipótese taxa real anual de juros que passou de 4,93% a.a. em 31/12/2023 para 5,12% a.a. em 31/12/2024, onde consideramos **o Ofício nº 003/2025** enviada pelo Instituto de **Dores do Rio Preto** para elevarmos a taxa atuarial de 4,82% para 5,12% (aumento de 0,30%) de acordo com art. 39 da Portaria 1.467/2022.;
- atualização da Tábua de Mortalidade IBGE, segregada por sexo;
- redução do percentual do COMPREV de 6% para 5% também em atendimento à Portaria 1467/2022;
- Importante salientar que a meta dos Ativos Garantidores, deve ser a mesma do Passivo Atuarial (taxa real anual de juros = juros atuariais). Caso essa meta **não seja alcançada**, consequentemente gerará um impacto diretamente no resultado do exercício atuarial, consequentemente com o **aumento do Déficit Técnico**;
- bem como a movimentação entre os servidores ativos, aposentados e beneficiários pensionistas e suas respectivas folhas de salários e benefícios.

Reforçamos a importância de processos de gestão atuarial. Anteriormente, devido a não especificidade das exigências normativas e ao caráter não profissional que permeava a administração das unidades gestoras, o processo de gestão atuarial não era considerado como uma necessidade. Porém, pelos novos adventos legais e as responsabilidades que caem nos braços dos gestores, faz-se mais do que necessário um acompanhamento dos riscos que incidem sobre a previdência municipal. Observa-se a importância do planejamento conjunto da administração

pública com o fundo de pensão municipal. Por consequência, recomenda-se a elaboração de um planejamento viável e de menor custo total no longo prazo para que a previdência seja garantida respeitando os princípios da economicidade e eficiência.

As premissas atuariais utilizadas se enquadram dentro das expectativas biométricas e financeiras esperadas para o curto e médio prazo e que os sistemas previdenciários são extremamente sensíveis a estas. Caso haja alguma alteração significativa nas expectativas, estas premissas deverão ser reavaliadas para que o impacto financeiro no plano não seja significativo. Ocorrendo grandes alterações nos cenários aqui previstos, os valores aqui determinados sofrerão alterações.

Posto isto, o nosso parecer final quanto a situação do regime próprio de previdência social de DORES DO RIO PRETO. Lembramos a importância da realização de avaliações atuariais periódicas e de um acompanhamento constante da gestão dos fundos de previdência, pois é por meio das avaliações atuariais, que a administração pública tem a possibilidade de vislumbrar vieses não desejados e assim, através de medidas de correção pertinentes, restabelecer o bom curso do sistema previdenciário. Com isso, a previdência social irá atingir o fim para o qual foi criada.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPROMISSOS

Apresenta a evolução dos compromissos atuariais para o período dos três últimos exercícios.

Comparativo das Provisões Matemáticas e Resultados Atuariais

	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2024
PASSIVOS DO PLANO			
Provisão para benefícios a conceder	27.071.679,50	27.132.832,37	19.137.557,73
<i>Valor atual dos Benefícios Futuros</i>	37.598.874,66	36.827.847,95	29.135.140,68
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras</i>	10.527.195,16	9.695.015,57	9.997.582,95
ENTE	6.433.285,93	5.924.734,23	6.109.634,03
SERVIDOR	4.093.909,23	3.770.285,42	3.887.948,93
Provisão para benefícios concedidos	31.383.172,42	31.210.924,01	33.304.227,67
<i>Valor atual dos Benefícios Futuros</i>	31.417.632,69	31.244.507,85	36.062.408,88
<i>Valor atual das contribuições Futuras</i>	34.460,27	33.583,83	2.758.181,21
ENTE	0,00	0,00	0,00
SERVIDOR	34.460,27	33.583,83	2.758.181,21
ATIVOS DO PLANO			
<i>Fundos de Investimento</i>	21.006.016,33	25.787.364,77	27.336.025,86
<i>Acordos Previdenciários</i>	0,00	0,00	0,00
<i>Compensação</i>	2.631.921,23	2.209.670,88	1.456.757,03
RESULTADO	-34.816.914,36	-30.346.720,74	-23.649.002,51
Plano de Amortização em Lei	26.637.473,43	33.901.432,48	33.126.071,01
RESULTADO - Pós Plano de Amortização	-8.179.440,94	3.554.711,74	9.477.068,50

Baseada nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação:

Variações das Contas

INFORMAÇÕES ATUARIAIS	2023-2022	2024-2023
Provisão para benefícios a conceder	0,23%	-29,47%
Valor atual dos Benefícios Futuros	-2,05%	-20,89%
Valor Atual das Contribuições Futuras	-7,91%	3,12%
ENTE	-7,91%	3,12%
SERVIDOR	-7,91%	3,12%
Provisão para benefícios concedidos	-0,55%	6,71%
Valor atual dos Benefícios Futuros	-0,55%	15,42%
Valor atual das contribuições Futuras	-2,54%	8112,82%
ENTE	-	-
SERVIDOR	-2,54%	8112,82%
ATIVOS DO PLANO	18,44%	2,84%
Fundos de Investimento	22,76%	6,01%
Acordos Previdenciários	-	-
Compensação	-16,04%	-34,07%
RESULTADO	-12,84%	-22,07%

Análise comparativa das Características do Grupo Comparativo Estatístico dos Três Últimos Exercícios

COMPARATIVO - TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

	2022	2023	2024
	-	-	-
Ativos	169	157	140
Aposentados	65	71	78
Pensionistas	27	27	27
Média Sal. Ativos	1.945,63	2.172,12	2.275,08
Média Prov. Inativos	2.485,47	2.565,79	2.755,27
Média Pensões	2.094,89	2.267,88	2.258,19
Id. Méd. Ativos	45,89	46,80	47,63
Id. Méd. Aposentados	65,77	66,66	66,56
Id. Méd. Pensionistas	62,70	62,59	61,89
Id. Proj .Aposentadoria	59,44	59,25	61,65

Baseada nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação:

Análise de Variação Informações Demográficas

	2023-2022	2024-2023
<i>Ativos</i>	-7,10%	-10,83%
<i>Aposentados</i>	9,23%	9,86%
<i>Pensionistas</i>	0,00%	0,00%
<i>Média Sal. Ativos</i>	11,64%	4,74%
<i>Média Prov. Inativos</i>	3,23%	7,38%
<i>Média Pensões</i>	8,26%	-0,43%
<i>Id. Méd. Ativos</i>	1,98%	1,76%
<i>Id. Méd. Aposentados</i>	1,36%	-0,15%
<i>Id. Méd. Pensionistas</i>	-0,18%	-1,12%
<i>Id. Proj .Aposentadoria</i>	-0,33%	4,05%

Mairiporã, 08 março de 2025

Felix Orlando Villalba

Atuário Técnico Responsável
MIBA 1906

Eduardo Pereira dos Santos

Advogado Diretor
OAB/SP nº 411.646